

Explosão de pirâmides revela "mercado financeiro paralelo"

Jornal do Commercio - PE - PE - HOME - 19/07/2013

Investigações já saltaram para 33 empresas suspeitas de crime contra a economia popular

Giovanni Sandes

A disparada dos números dá a medida da gravidade da situação: em pouco mais de duas semanas de investigação, os casos de empresas suspeitas de serem pirâmides financeiras saltaram de sete para 33. É como se o Brasil tivesse descoberto um "mercado financeiro paralelo" distante das regras legais, onde centenas de milhares de pessoas arriscam grandes somas de dinheiro em esquemas tipificados como um crime contra a economia popular. A tendência é aparecerem mais e mais casos suspeitos. Só nos dois principais casos investigados, Telexfree e BBom, empresas com atividades suspensas pela Justiça, está em risco o dinheiro de 1,3 milhão de pessoas.

Há dois meses, a Telexfree era formalmente a única suspeita de montar na internet um esquema de pirâmide financeira. Com o desenrolar do caso e a sequência de ações judiciais e processos administrativos sobre ela, o Ministério Público Federal e de oito Estados montou uma força-tarefa para investigar o tema. Como resultado, o número de empresas suspeitas passou para duas há um mês, para sete há 15 dias, 18 no início da semana e ontem chegou a 33, segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte.

"O que está acontecendo é que as empresas se passam por marketing multinível, que para começo de conversa sequer é um negócio por si só", afirma a diretora executiva da Associação Brasileira das Empresas de Vendas Diretas (**ABEVD**), Roberta Kuruzu.

O marketing multinível (ou de rede) é um modelo de divulgação que tem como finalidade vender produtos ou serviços. Ou seja, o marketing multinível não gera dinheiro algum e sim as vendas para consumidores fora das empresas - no Brasil, os exemplos mais conhecidos são os cosméticos, de empresas como Avon e Natura.

"As pirâmides vestem uma fantasia de marketing multinível e prometem ganhos exorbitantes, sem que haja atividade comercial legítima", diz Roberta.

Essa "fantasia" de legalidade dificulta a identificação fácil desses esquemas. Por isso a força-tarefa do MP mira em uma empresa investigada por vez, pedindo bloqueio judicial de bens e cadastros. No Acre o alvo foi a Telexfree, que se apresenta como fornecedora de telefonia VoIP (ligações pela internet). Em Goiás, foi a BBom, que se diz fornecedora de rastreadores para veículos.

"O nosso objetivo é evitar novas vítimas. O consumidor precisa ficar atento, principalmente com a proliferação desses esquemas com a ajuda da internet e das redes sociais, bem como dessas promessas de ganho de muito dinheiro sem ter que vender um produto ou serviço real. Já em relação à pessoas que estão no esquema, os bloqueios dos bens servirão para reaver o máximo possível do dinheiro investido", explica, em nota, Mariane Guimarães, procuradora do Ministério Público Federal em Goiás.

Leia a reportagem completa no JC desta sexta (19).

 [Clique aqui para ler a notícia direto da fonte](#)